



CAPITAL SOCIAL E CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Jorge Miguel Bonatto Umann¹ - UFRGS

Resumo: Este artigo baseia-se em minha pesquisa para dissertação de mestrado, nela foram discutidos alguns conceitos, como empoderamento, financiamento e capital social, e suas relações com o controle social e público e a gestão de algumas políticas públicas da educação. O capital social é um dos conceitos utilizados para o entendimento das atividades e possibilidades da atuação dos conselheiros, frente às responsabilidades atribuídas na formatação das políticas públicas na educação. O artigo traz algumas imbricações e conclusões obtidas na pesquisa sobre o tema capital social e controle social e as possibilidades de melhora nas condições da educação pública brasileira e no combate à pobreza.

Palavras-chave: educação, controle social, capital social.

Desenvolvimento

O poder público brasileiro vem trabalhando uma “nova” forma de participação da sociedade nos rumos de algumas políticas públicas no Brasil. Exemplos são as políticas públicas da educação, que na sua formatação preveem o seu acompanhamento por parte de um conselho de controle social público, com a participação de membros da sociedade e da administração. Programas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e os demais programas da educação, como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Plano de Desenvolvimento da Educação - Plano de Ações Articuladas (PDE-PAR), são exemplos de programas que contêm conselhos de acompanhamento compostos com a participação da sociedade.

O objetivo da pesquisa foi mapear a formação de capital social por meio da atuação dos conselheiros nos conselhos. Foram propostas na pesquisa questões como: A) A participação da sociedade no acompanhamento de políticas públicas pode reverter em aumento no capital social? B) Ela possibilita a formação de uma cultura com base na confiança, engajamento social e na responsabilidade?

¹ Mestre em Educação, UFRGS, jmumann@gmail.com.

A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso na cidade de Triunfo/RS, tendo como objetos: a) o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF/FUNDEB (CMACS-FUNDEF), que acumula as funções de fiscalização e acompanhamento das verbas destinadas ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), ao Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ao Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (PAED); e b) o Conselho Municipal de Alimentação Escolar (COMALES), que faz o controle social do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE).

A participação popular nos conselhos de acompanhamento dos programas voltados para a educação oportuniza uma aproximação da sociedade civil com a gestão pública. A atividade de controle social do financiamento da educação constrói um novo espaço de participação da sociedade civil, podendo resgatar ou criar novas relações de confiança.

Esses novos espaços oportunizam à sociedade civil um novo experimento democrático, com trabalhos em grupo, relações de proximidade e necessidade de usar esses espaços para analisar, discutir, elaborar pareceres, discordar ou concordar entre si sobre os atos da administração pública. Segundo Baquero (2007, p.33), a teoria do capital social reaparece

[...] em virtude da necessidade de encontrar canais efetivos de comunicação entre o Estado e sociedade além das organizações formais, que não têm conseguido desempenhar uma função eficiente de mediação e têm sido 'substituídas' por modalidades informais na promoção do desenvolvimento comunitário.

O aumento do capital social de uma determinada comunidade está intimamente ligado à diminuição das desigualdades sociais, ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável. Os programas suplementares da educação, como o de transporte e o de alimentação escolar, entre outros, em uma análise mais aprofundada, trabalham nessa mesma perspectiva, pois, no momento em que estimulam a garantia do acesso e permanência dos alunos na escola, estão trabalhando na obtenção de resultados mais positivos nos problemas citados acima.

Es un hecho que el capital social comunitario complementa a los servicios públicos de diversa manera. En primer lugar, la participación a nivel comunitario asociativo puede ser clave para articular los servicios públicos con el hogar, lo que resulta especialmente importante para los programas destinados a la superación de la pobreza (O'CAMPO, 2003, p.30).

Realizando um estudo sobre o capital social, Baquero (2001) aponta que este foi inventado várias vezes durante o século XX, em muitas ocasiões trabalhando com a perspectiva do aumento da produção. Já na visão de Carpim, “parece existir um consenso em apontar Jane Jacobs (1961) como uma das primeiras a utilizar o conceito, em seu trabalho *The Death and Life of Great American Cities*, quando se refere às redes de vizinhança urbana” (CARPIM, 2005, p.16).

No entanto, os dois autores concordam que é na obra de Pierre Bourdieu (1985) e Coleman (1990) que o conceito de capital social se torna visível, sendo realizada a primeira análise conceitual sobre capital social. Este foi definido como “o agregado dos recursos reais ou potenciais que se vinculam com a posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuo” (BORDIEU, 1985 apud CARPIM, 2005, p.16).

Fazendo uma comparação entre os conceitos propostos por Bourdieu e Coleman, Ranincheski (2007, p.172) diz que

Se para Bourdieu a noção de confiança está relacionada à noção de pertencimento a um grupo e relações efetivas entre as pessoas que participam de um mesmo grupo social, para Coleman está referenciada a estas relações de autoridade e de confiança e às alocações consensuais de direitos para o estabelecimento das normas.

Capital social está ligado a conceitos de associação, trabalho em conjunto ou em grupo, em busca de objetivos comuns. Durante o período da ditadura militar (pós-1964) no Brasil, com o cerceamento de muitos direitos civis e da maioria dos direitos políticos, a participação da sociedade em atividades associativas de cunho social e de controle da sociedade sobre o poder público tornou-se ilegal e inócua, fazendo com que sentimentos de confiança e preocupação com as questões de controle sobre a atividade pública por parte da sociedade ficassem em estado letárgico. Após a promulgação da Constituição de 1988, com o retorno brasileiro à democracia, surgiu na população a esperança de que em pouco tempo a situação social e financeira do país estivesse melhor.

No entanto, como o regime democrático não resolveu todos os problemas, a população entrou em um período de frustração com a política e com os detentores de cargos públicos, sendo suscitado um sentimento de indiferença, marasmo e ceticismo na sociedade. Para Baquero (2007, p.16),

De maneira contrastante, se muito se avançou na dimensão democrática institucional, o mesmo não pode ser dito da equidade social. O desenvolvimento assimétrico desses elementos torna imperativa a institucionalização de políticas distributivas que incorporem uma melhor e mais eficiente representação política, uma educação voltada para a dimensão emancipatória e diretrizes que objetivem concretamente diminuir as diferenças sócio-econômicas do país.

Continuando nesse mesmo pensamento, Baquero (2001) expõe a necessidade de trazer à tona, no Brasil e também na América Latina, fatores que façam renascer os sentimentos perdidos e contribuam para o ressurgimento de associações que desenvolvam a ética e a confiança na sociedade. Nessa perspectiva, as administrações públicas tornam-se catalisadores na promoção de espaços públicos que induzam o cidadão comum e a sociedade como um todo para a participação nas decisões das políticas públicas locais e nacionais, construindo um comprometimento com o desenvolvimento da cidadania no país, promovendo espaços de informação e de empoderamento da sociedade e sedimentando caminhos para a construção de soluções para os problemas sociais por meio das ações individuais e coletivas da sociedade.

Com o advento da redemocratização, a sociedade começa a ter uma nova perspectiva de participação. Com o direito de expressão e os direitos políticos e civis garantidos, a população volta, mesmo de forma incipiente, a participar das decisões dos rumos do país. Algumas novas experiências de participação são organizadas nos vários entes da federação. Por iniciativa dos poderes municipais e estaduais, ocorreram mecanismos como o Orçamento Participativo em Porto Alegre (implementado a partir do início dos anos 1990) e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) no Rio Grande do Sul, entre outras experiências de participação popular. No ordenamento constitucional, legal e normativo que foi sendo elaborado a partir do período de redemocratização, um papel de relevo é conferido à sociedade civil em termos de participação nos rumos da Nação. Nesse ordenamento, a participação social através de conselhos, por exemplo, nas áreas da educação e da saúde, é fortemente estimulada. Também cabe destacar as iniciativas de estados e municípios de criar formas alternativas de gestão pública que acolhem a participação social, como é o caso dos

orçamentos participativos ou consultas populares para definição quanto às despesas públicas. A legislação que se seguiu à abertura democrática coloca cada vez mais para a sociedade a responsabilidade de participar nas decisões dos rumos da Nação, seja “simplesmente” pelo voto dado aos que governam, seja participando em conselhos de acompanhamento, como da cultura, da saúde e da educação, quer no orçamento dos municípios e dos estados ou em fóruns que tentam auxiliar os governantes durante sua gestão.

A participação da sociedade nos conselhos de acompanhamento de programas governamentais, sejam eles nacionais, estaduais ou municipais, está intimamente ligada ao artigo 37 da Constituição Federal: “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”.

O objetivo da participação da sociedade civil organizada no acompanhamento das gestões dos programas citados está imbuído da necessidade das administrações públicas, em especial, dos governos subnacionais, de trabalhar com os princípios evocados acima. O acompanhamento da utilização das verbas destinadas a programas como os da educação e saúde, entre outros, por meio de conselhos sociais visa a criar um ambiente virtuoso de eficiência e eficácia das administrações públicas, aumentando a publicidade dos programas e da administração pública e sua moralidade, o que resulta em maior igualdade social.

O capital social tem seus princípios alicerçados na participação, na confiança e na cooperação. Quanto mais confiança o grupo tem entre seus componentes, mais elos de cooperação se solidificam. Estes são os pilares do capital social. No entendimento de Baquero (2001, p. 36), “o argumento central da teoria do capital social sustenta que a participação em associações voluntárias gera normas de cooperação e confiança entre os membros e que essas normas são exatamente aquelas exigidas para a participação política”. Criam-se na sociedade padrões de comportamento mais democráticos e participativos, acarretando uma mudança cultural nessa sociedade.

Segundo Fukuyama (2003, p.37), a mudança cultural é um dos agentes do capital social.

Una de las objeciones al concepto de capital social es, como veremos, que todavía no existe un acuerdo general sobre qué se entiende por tal. Emplearé mi propia definición: el capital social son normas o valores compartidos que promueven la cooperación social. Dentro de esta perspectiva, el capital social es una manera

utilitaria de mirar la cultura. La cultura tiende a considerarse como un fin en sí misma, lo que es innegable, como una forma de expresión creativa. Pero también desempeña un papel funcional muy importante en toda sociedad, ya que es el medio por el cual grupos de individuos se comunican y cooperan en una gran variedad de actividades.

Essa mudança cultural de participação da sociedade civil no trato da coisa pública tem como intuito modificar o comportamento da sociedade, fazendo com que aumente a preocupação com as administrações públicas e induzindo a uma maior transparência e eficiência dessas administrações. A aproximação da sociedade ao Estado cria um diálogo mais próximo entre os dois, aumentando o grau de comprometimento de ambos os lados.

O tema “capital social”, discutido na abertura da Conferência da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), reforça as dimensões da diminuição das desigualdades sociais do progresso e do desenvolvimento sustentável, as mesmas que tentam atingir os programas estudados na pesquisa que resultou na dissertação, base para este trabalho. Como aponta o Secretário Executivo da CEPAL são essas dimensões que nos levam a [...] “dialogar con espíritu constructivo y a la vez crítico acerca de los posibles usos del capital social, como una herramienta destinada a incrementar la eficacia de las políticas de lucha contra la pobreza” (O’CAMPO, 2003, p.25).

A constituição dos conselhos de acompanhamento dos programas da educação, tem como objetivo, em última instância, melhorar a qualidade da educação e, por subsecutivo, a qualidade de vida da população, com a diminuição da pobreza, em especial, nas comunidades com alto grau de vulnerabilidade material e social. A constituição dos conselhos torna-se mais um espaço de discussão dos objetos públicos, e o capital social se estabelece como algo que pode catalisar esforços para a obtenção desses objetivos.

Nessa linha de pensamento, O’Campo (2003, p.26), no encontro da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), chama seus pares para o debate:

Entendemos el capital social como el conjunto de relaciones sociales caracterizadas por actitudes de confianza y comportamientos de cooperación y reciprocidad. Se trata, pues, de un recurso de las personas, los grupos y las colectividades en sus relaciones sociales, con énfasis, a diferencia de otras acepciones del término, en las redes de asociatividad de las personas y los grupos. Este recurso, al igual que la riqueza y el ingreso, está desigualmente distribuido en la sociedad. De allí surge la pregunta central de esta reunión: ¿Cuál es la contribución que se puede esperar de instrumentos de creación y movilización de capital social para poner en marcha políticas sociales efectivas de reducción de la pobreza?

A participação em organizações voluntárias faz com que o cidadão se engaje e se comprometa com as atividades propostas pelo grupo, tornando-se parte atuante dele como realizador da atividade, e não mero espectador. Transportando essa participação para a vida política, mesmo que não de forma linear, os participantes das associações provavelmente terão maior clareza, discernimento e informação sobre a atuação dos políticos e, no caso deste trabalho sobre os conselhos de acompanhamento, de seus programas.

As organizações sociais no Brasil, como em toda a América Latina, sofrem com práticas nefastas das administrações públicas e com as instabilidades da democracia e dos governos. Isso faz com que a confiança da população nas instituições públicas diminua, o que leva a concluir que

[...] uma sociedade que exhibe padrões tradicionais de comportamento político (clientelismo, personalismo, familismo amoral e patrimonialismo) e que convive com a corrupção institucionalizada, pode ser explicada, em grande parte, pelo fato de que os cidadãos não têm investido suficientemente na acumulação de capital social (BAQUERO, 2001, p. 29).

As poucas oportunidades de exercer os direitos políticos pelos brasileiros durante a história do Brasil, como afirma Carvalho (2001) no livro *Cidadania no Brasil o longo caminho*, ocasionadas por pequenos períodos de democracia e longos períodos de restrição política, como foi reforçado com a última ditadura militar no Brasil, conforme citado acima, criaram sequelas profundas na constituição sociopolítica e cultural da atual geração brasileira, expondo as fragilidades, as causas e os motivos da tênue participação da sociedade na fiscalização das atitudes dos governantes. Isso mostra que “a tradição autoritária, bem como a instabilidade política permanente, não tem proporcionado as bases fundamentais para a construção e a consolidação de uma cultura política ativa e fiscalizadora” (BAQUERO, 2001, p.63), promovendo-se um distanciamento entre o Estado e a sociedade.

Para um melhor entendimento de capital social, Robison, Siles e Schmid (2003) dividiram-no em classes e intensidade de relação de solidariedade, com base em quem participa ou como acontece seu engajamento. Segundo os autores, as classes para se distinguirem as diversas formas de capital social são definidas como capital social de união (*bonding social capital*), de vinculação (*linking social capital*) e de aproximação (*bridging social capital*).

- **El capital social de unión** puede caracterizarse por intensos sentimientos de conexión, que pueden incluir sentimientos de preocupación, afecto e interés por el otro como los que existen entre los miembros de una familia, en las parejas comprometidas, entre las personas que han sido socios comerciales durante mucho tiempo o los miembros de una minoría oprimida.
- **El capital social de vinculación** (piénsese en los eslabones de una cadena que tienen el mismo tamaño y resistencia y están sometidos a la misma tensión) existe en relaciones sociales medianamente estrechas y en la mayoría de los casos se basa en puntos de coincidencia adquiridos, a veces derivados de compromisos a mediano plazo. El capital social de vinculación puede caracterizarse por sentimientos moderadamente intensos de conexión, como el respeto, la confianza y el compañerismo que pueden existir entre colegas, compañeros de trabajo, personas que realizan tareas parecidas o que comparten responsabilidades similares, y los miembros de un mismo club, comunidad o equipo deportivo.
- **El capital social de aproximación** (imaginemos un puente que conecta dos masas continentales de diferentes superficies, recursos y poblaciones) existe en las relaciones asimétricas entre personas que tienen pocos puntos de coincidencia, un contacto personal limitado y a menudo diferencias importantes en cuanto a los recursos que poseen. El capital social de aproximación puede caracterizarse por sentimientos asimétricos de conexión, como los que pueden existir entre un empleador y un empleado, un profesor y un estudiante, una persona famosa y un admirador, el gobernante de un país y un ciudadano, una autoridad política y un elector, o un estudiante y una persona notable de tiempos pasados (ROBISON; SILES; SCHMID, 2003, p. 62).

Os conselhos podem ser inseridos em capital social de vinculação e caracterizam-se por um sentimento moderado de vinculação, pois seus componentes, como veremos nos resultados da pesquisa, mantêm uma relação dentro do âmbito do conselho, não tendo quase nenhum laço afetivo e muito menos relação assimétrica de poder um sobre o outro. Outra caracterização que leva para essa classe de capital social é que as respostas mostram haver, dentro do conselho, um sentimento de respeito e de confiança no trabalho dos pares, tendo o companheirismo como característica presente na maioria das respostas. Os conselheiros, mesmo tendo pouco tempo de convívio ou de conhecimento, estão imbuídos de um mesmo objetivo e fazem parte do conselho com o intuito de que haja uma melhor administração dos recursos à disposição dos fundos e dos programas. Os conselheiros compartilham um mesmo senso de responsabilidade pelas coisas do conselho.

O uso do conceito de capital social parte da participação da sociedade civil na fiscalização dos programas governamentais (PNATE, PNAE, FUNDEF, entre outros) por meio dos conselhos, o que proporciona a formulação de alguns questionamentos: a) A formatação dos conselhos e a forma como são escolhidos os conselheiros vêm produzindo um acréscimo de capital social? b) A participação da sociedade civil é de forma voluntária? Sendo a resposta uma negação, existe um ganho no capital social? c) Existe uma relação de

confiança e cooperativismo entre os integrantes dos conselhos? Esses questionamentos trouxeram à tona uma preocupação, que é exposta por Baquero (2001): o capital social deve elevar os padrões de participação da sociedade. Esta, por sua vez, eleva o nível de capital social.

A pesquisa trabalhou dentro da linha de reconhecer a formação de capital social durante a atuação dos conselheiros nos seus respectivos conselhos, verificando se esse ganho de capital social surte algum efeito em relação à gestão dos programas e nos problemas de desigualdade social, como é colocado pelos teóricos que foram aqui considerados.

Vários foram os questionamentos propostos na pesquisa com o intuito de revelar a formação do capital social por meio da atuação dos conselheiros ligados à educação. Os questionamentos feitos aos participantes da pesquisa também procuraram identificar se a formação do capital pode aumentar a participação da sociedade na administração pública, produzindo uma nova cultura de confiança, engajamento e responsabilidade.

Do ponto de vista de participação, engajamento, responsabilidade social e de relação entre o Estado e o cidadão, a pesquisa empírica trabalhou algumas questões para diagnosticar se havia ganho de capital social com a atuação e o trabalho nos conselhos. Por exemplo: a) Qual a relação com os demais conselheiros? b) Existe cooperação entre os conselheiros? (cooperação contrária a conflito); c) O conselho consegue fazer com que mais pessoas participem de atividades sociais, de controle ou assistenciais? d) Como conselheiro, você se sente representante do seu segmento? e) O conselheiro tem comunicação com o segmento que ele representa? f) Você acredita que o conselho consegue formar novas lideranças na sociedade civil?

Esses são alguns dos questionamentos propostos para os entrevistados; outros questionamentos aparecem na íntegra e em conjunto com gráficos e tabelas na dissertação, onde também são apresentados os resultados completos da pesquisa.

CONCLUSÃO

O capital social está umbilicalmente ligado ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável. Os programas suplementares da educação estimulam a garantia do acesso e permanência dos alunos na escola, o que, em uma análise mais profunda, são objetivos que estimulam os objetivos do capital social.

Na questão relativa à formação de capital social, a pesquisa mostrou que os conselheiros são pessoas que participam de outra entidade e que a atuação no conselho pouco aumentou seu engajamento, tampouco fez com que aumentasse sua participação em outras entidades. Isso mostra que os conselhos não têm capacidade de aumentar a participação, mas sim de ser mais uma forma de participação de pessoas que já participavam de outras entidades.

A pesquisa para a dissertação mostra que a maioria dos conselheiros não conhece seu verdadeiro papel no conselho e que, evitam que tomar uma posição, principalmente quando desagrada o coordenador do programa, no caso, a Secretaria de Educação, pois muitos conselheiros têm dependência direta ou de pessoas da família com o poder público municipal. A pesquisa ainda mostra que não havia conflito entre os conselheiros, no entanto, o motivo para a cooperação, segundo a pesquisa, é o medo de represálias por parte da administração do município. Na minha visão, os conselheiros não estavam preocupados em criar conflitos.

Essa posição parece ser uma característica de cidades com pouca população, pois a relação entre o poder público municipal e a sociedade é muito próxima. No entanto, essa afirmação necessitaria de uma base empírica com mais sustentação.

Na pesquisa, também ficou evidenciado que o conselho não tem capacidade de mobilização da sociedade para participar de atividades sociais, de controle e assistenciais, nem para denunciar os problemas que acontecem; entretanto, pela participação no conselho, existe uma possibilidade da formação de liderança. O que não pode ser diagnosticado é se essa formação de lideranças é dos membros dos conselhos ou da população em geral.

Sobre a não-participação, fica evidenciado que o motivo mais preponderante é o medo de sanções que o executivo municipal pode exercer sobre as pessoas que venham a ter posicionamento contrário ao da administração; além disso, evidencia-se que a atividade dos

conselhos ainda é desconhecida para a população em geral na visão dos conselheiros. Podemos concluir também que, para que os conselhos possam aumentar a capacidade de participação e capital social da comunidade escolar e da comunidade em geral, é necessário promover outras formas de disseminação de informações das atividades dos conselhos e outros modos de escolhas para novos integrantes, assim trazendo novas pessoas das comunidades para participar das atividades.

Ainda ficou explícito na pesquisa que a maioria dos conselheiros não tem comunicação e não se sente representante dos segmentos pelos quais os conselheiros foram eleitos, ficando restritos ao conselho, aos conselheiros e a alguns poucos colegas de trabalho dos conselheiros. No entanto, os conselheiros, tanto do PNAE quanto do FUNDEF/FUNDEB, apontam que a participação no conselho é de grande relevância para os programas e para a construção de um país melhor e que a formação de capital social por meio dos conselhos ainda é muito difícil, sendo necessária uma maior instrumentalização da sociedade para entender melhor a atividade do conselho.

O País ainda está em transição; a cultura de participação da sociedade em atividade de controle do poder público ainda é precária. Muitos deverão ser os mecanismos criados nos governos para que possa haver uma real participação da sociedade, e o estudo do capital social deve auxiliar para um incremento nessa participação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAQUERO, Marcelo (Org.). Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Brasília: Conselho dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001.

BAQUERO, Marcelo. (org.) Capital Social desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

Bourdieu, P. The forms of capital, handbook of theory and research for sociology education. Nueva York: Greenwood Press, 1985.

CARVALHO, José. Cidadania no Brasil, o longo caminho, Ed. Civilização brasileira, rio de Janeiro, 2001.

FUKUYAMA, Francis. Capital social y desarrollo: la agenda venidera. In: ATRIA et al. Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma. Santiago de Chile: Universidad del Estado de Michigan, Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2003. p. 33-48.

O'campo, José. Capital social y agenda del desarrollo. In: ATRIA et al. Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma. Santiago de Chile: Universidad del Estado de Michigan, Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2003. p. 25-32.